



**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP
PORTO DE SANTOS
ATA DA 458ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, por videoconferência, devido às medidas de distanciamento social para enfrentamento da COVID-19, realizou-se a quadringentésima quinquagésima oitava Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP. Fica registrado que a presente reunião foi gravada integralmente, e ficará arquivada na sede da Autoridade Portuária de Santos S.A. Participaram os **Representantes do Poder Público**: Dino Antunes Dias Batista, pela SNPTA; Fernando Biral e Marcelo Ribeiro, pela Autoridade Portuária; CF Marcos Camargo, pela Autoridade Marítima; Richard Neubarth, pela Receita Federal; Rejane Caldas, pela Vigiagro; Erica Cristina, pela Anvisa; e Julio Eduardo dos Santos, pela PMS. **Os Representantes da Classe Empresarial**: José Laborde e Roberto Teller, pela ABTRA; Regis Prunzel e Joel Contente, pelo SOPESP; e, Leonardo Ribeiro, pela ABTP. **Os Representante dos Trabalhadores Portuários**: José Cavalcanti e Wagner Gonçalves, pela FENCCOVIB; e, Bruno José dos Santos e Francisco de Souza Filho, pela FNE. Participaram também, como convidados permanentes, Marcos Eduardo de Santis, pela ATP; Jairo Almeida, pela PMG; Eduardo Lopes; Martin Aron; e Sidney Verde, representante da Classe Laboral do CAP no CONSAD da SPA. Participou ainda como convidado: o Diretor Afrânio de Paiva Moreira, pela SPA. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário Executivo Jorge Leite e apoio do Técnico Portuário Reginaldo Brito de Lima. Iniciando a reunião, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**. Foi submetida aos Conselheiros a ata da 457ª Reunião Ordinária, que lida e achada conforme, foi aprovada pelos Conselheiros. Dando sequência à pauta, o Presidente passou ao item **II – ASSUNTOS GERAIS. II.01** - Atualização sobre o processo de desestatização do Porto de Santos. O *Presidente Dino comunicou que Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a abertura de consulta pública com os estudos técnicos e jurídicos sobre a desestatização do porto de Santos. Informou ainda, que a agência receberá contribuições no prazo de 31 de janeiro a 16 de março deste ano, além de realizar audiência pública*



presencial ainda sem data definida. Após a consulta pública, as minutas de edital e contrato serão submetidas à análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

II.02 - Atualização sobre a evolução das tratativas sobre o projeto da Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS. Relator Diretor da SPA. O Presidente da SPA comunicou que no dia 21/01, após a aprovação da Antaq, foi protocolado para avaliação no TCU os documentos para o chamamento público envolvendo a FIPS, e, espera-se que por volta de sessenta dias seja encaminhada resposta do referido Tribunal, a fim de que seja aberto o chamamento público, para posterior celebração do contrato. **II.03** – Atualização sobre o andamento da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda. O Diretor de Infraestrutura da SPA, Afrânio Junior, informou que o trabalho segue em duas frentes no momento: a) Meio Ambiente - com material solicitado e já entregue ao Ibama para avaliação, e, b) Social - com a contratação da Caixa Econômica Federal, já aprovada em Direxe, com relação as desapropriações que deverão ser feitas. Neste momento, a SPA aguarda o parecer do Ibama, que poderá apresentar ou não condicionantes a serem consideradas, e a finalização dos procedimentos de contratação da Caixa, que levará assim que iniciada, o prazo de 45 dias para realizar os estudos sobre as desapropriações. Em seguida, após finalizados o parecer do Ibama e o estudo da Caixa Econômica Federal, será realizada uma revisão do orçamento da licitação das obras. **II.04** - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. O Presidente do CAP, passou a palavra ao Sr. Sidney Verde que fez um breve relato dos principais assuntos apreciados nas últimas reuniões ocorridas do CONSAD, destacando os seguintes temas: a) Foi autorizada a adjudicação do objeto do certame à empresa VAN OORD Serviços de Operações Marítimas LTDA., bem como a homologação do Pregão Eletrônico nº 51/2021, que objetivou a contratação de pessoa jurídica para realização dos serviços de dragagem de manutenção nos trechos 1, 2, 3 e 4 do canal de acesso, bacias de evolução, áreas de acesso aos berços e nos berços de atracação do Porto de Santos, garantindo continuamente as profundidades de projeto, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. entretanto no decorrer da contratação a SPA foi notificada de ação popular, questionando se não haveria vantajosidade no aditamento com a empresa DTA, sendo alegado que os valores seriam mantidos. Todavia, com a soma da inflação e variação cambial, o valor aumentaria, além de um conjunto de mudanças, sendo que, para a SPA, seria mais vantajoso realizar uma nova licitação. No momento em atendimento a liminar os serviços



de dragagem estão sendo executados pela empresa DTA; b) Foi aprovado o registro da destinação de parte dos dividendos como Juros sobre o Capital Próprio – JCP; c) Foi aprovada a proposta de desconto tarifário, pelo prazo de 12 (doze) meses, para as embarcações com escalas frequentes no Porto de Santos, com base no histórico de escalas dos 12 meses anteriores ao mês da atracação, a ser aplicado ao Item 2 da Tabela I – Infraestrutura de Acesso Aquaviário, levando em conta a diferenciação entre as embarcações de longo curso e as embarcações de cabotagem; d) Foi aprovada a proposta de desconto tarifário, pelo prazo de 12 (doze) meses, para navios “verdes”, que possuem pontuação/score positivo no Índice ESI, a ser aplicado ao item 2 da Tabela I. e) Follow up do andamento da reforma da Avenida Perimetral da Margem Direita na região da Alamoia no Porto de Santos, com a empresa TMK ENGENHARIA S.A. Foi relatado sobre as Obras de reforma da Avenida Perimetral da Margem Direita, destacando:

- 1) Escopo Principal (12 meses de execução) – 1.1) Pavimentação de aproximadamente 14 mil m² de via – partindo do Viaduto Paulo Benevides até o pipe-rack da Ultracargo;
- 1.2) Construção de aproximadamente 500 metros de canal de drenagem;
- 1.3) Remanejamento de rede de água potável e de tubulações da Transpetro;
- 1.4) Novo sistema de iluminação, ciclovias e paisagismo.
- 2) Obras (R\$ 20,40 milhões):
 - 2.1) Celebrado Contrato SPA/86.2021, em 26/10/2021, junto à TMK Engenharia;
 - 2.2) Realização de reuniões periódicas para acompanhamento das obras;
 - 2.3) Atendimento das condicionantes da Licença Ambiental;
 - 2.4) Emissão da Ordem de Serviço em 12/01/2022.
- 3) Assessoria à Fiscalização (R\$ 1,98 milhões):
 - 3.1) Celebrado Contrato SPA/129.2021, em 29/12/2021, junto à Construtora Vértice Ltda.ME;
 - 3.2) Designação de equipe de gestão e fiscalização realizada em 05/01/22;
 - 3.3) Reunião de kick-off realizada em 07/01/2022;
 - 3.4) Emissão da Ordem de Serviço em 12/01/2022;

f) Follow up do andamento da Mediação com a Libra. Foram prestadas as seguintes informações: Situação atual / Contexto: dívida atualizada: R\$ 4,272 bilhões; Protocolo Pedido de Cumprimento de Sentença: 06/07/2021; Libra propôs mediação em nov/20 e finalizou em nov/21: bens imóveis e créditos judiciais, com valores avaliados entre R\$ 382 milhões e R\$ 461 milhões. Notificações para TCU e SNPTA do andamento da mediação: Carta para ciência e manifestação enviada ao TCU em 07/12/2021 – (i) TCU; (ii) do Ministério da Infraestrutura; (iii) da Advocacia Geral da União (“AGU”); (iv) do Ministério Público Federal. Possibilidade de crédito ser sub-rogado à União Federal, ante o processo



de desestatização; Carta para a SNPTA dando ciência sobre os últimos acontecimentos da mediação; e, g) Follow up sobre descomissionamento de Itatinga. Foi apresentada a atualização do plano de ação para redirecionamento da UHE de Itatinga, considerando ações necessárias em conjunto ao MME e ANEEL para o desenvolvimento de uma destinação ordenada e integrada, sem que haja a necessidade de paralisação do ativo e preservando a necessidade de desvinculação da área para o processo de desestatização da SPA. Novas discussões serão realizadas ao longo de fevereiro de 2022 junto à SNPTA, MME e ANEEL para definições acerca do processo de desafetação e posterior exploração adequada da usina. Dando sequência à pauta do dia, o Presidente passou ao item **III - OUTROS ASSUNTOS**. O Sr. Eduardo Lopes solicitou atualizações sobre os serviços de dragagem, já que parece que há uma disputa entre o atual prestador de serviço e a ganhadora do certame licitatório, sobre a aprovação da nova poligonal e sobre a nova tarifa portuária que vai entrar em vigor em 1º de fevereiro. O Presidente da SPA, Fernando Biral, informou que sobre os serviços de dragagem, no dia 7 de janeiro pouco antes de iniciar o novo contrato de dragagem com a empresa Van Oord, a empresa DTA conseguiu uma liminar no TRF3 para que fosse mantido seu contrato, assim, a SPA teve que suspender o contrato da Van Oord, e ao mesmo tempo entrou com recurso. No dia 14 ocorreu a decisão em primeira instância derrubando a liminar da DTA. No dia 18, outra decisão do TRF3 foi anunciada que enquanto não houver uma sentença definitiva o contrato da empresa DTA continuaria valendo, assim, a SPA agravou esta decisão e agora aguarda o julgamento. Paralelamente, a SPA encaminhou uma ordem de serviço a empresa DTA para que seja realizado os serviços de dragagem, seguindo um cronograma já estabelecido, enquanto aguardamos a decisão do TRF3. O Presidente do CAP comunicou também, que o Sr João Acácio, da empresa DTA, solicitou acesso a gravação da 453ª Reunião deste Colegiado ao qual foi concedida. Com Relação a Poligonal do porto de Santos, o Presidente da SPA, informou que houve uma adição de novas áreas que se localizam na ilha de Bagres, Largo do Canéu, e também, ao lado do viaduto estaiado vindo da Imigrantes que servirá como estacionamento de caminhões, totalizando 8 km², o qual será necessário a elaboração de um novo PDZ, bem como haverá necessidade de estar de acordo com Plano Nacional de Logística e ser aprovado pelo Minfra. Em relação a revisão tarifária que entrará em vigor em 1º de fevereiro, o Presidente Fernando Biral, informou que se trata da primeira fase que afetará apenas a Tabela 1,



sendo que a segunda fase, entrará em vigor em 1º de abril, inclusive com a criação da tarifa de amarração separada da tarifa de atracação, após autorização e cálculo final dos preços pela Antaq. O Conselheiro José Cavalcanti questionou sobre a situação relacionada a dificuldade para entrada dos representantes sindicais na área de cais do Porto, sugerindo o retorno ao sistema de pré-cadastramento, devido a necessidade de tempestividade da ação de fiscalização dos dirigentes sindicais quando são requisitados por seus representados. O Diretor da SPA, Marcelo Ribeiro, explicou que a motivação full-time foi questionada pela Cesportos/SP, levando ao cancelamento de milhares de credenciais de acesso ao cais do Porto, pois é matéria do âmbito daquela Comissão determinar e regular a segurança da área primária do Porto. Como a SPA é emissora e controladora de credenciais, informou ao Conselheiro que será estudada a melhor forma de melhorar o tempo de liberação para que os representantes sindicais tenham acesso imediato, desde que motivado, para acesso ao cais. O Conselheiro Roberto Teller questionou a autorização da CESPORTOS de reativar a biometria para os gates da SPA de acesso ao cais e outras áreas, e solicita à SPA, que tente uma conversa com a CESPORTOS, tendo em vista o aumento de infecção da nova variante da Covid, considerando um risco desnecessário expor os trabalhadores neste momento. O Diretor da SPA, Marcelo Ribeiro, comunicou ao Conselheiro que levará a questão a coordenadora da Cesportos/SP. O Conselheiro Leonardo comunicou que os terminais aguardam a aplicação da nova tabela tarifária com algumas dúvidas e preocupações, e serão realizadas nos próximos dias, reuniões para saneamento de dúvidas, sugerindo que a SPA prepare um follow up sobre dúvidas/respostas para este momento de transição. Com relação aos serviços de dragagem, o conselheiro informou que os representantes veem com bastante apreensão a situação atual e solicita que a SPA divulgue o cronograma de dragagem que deve ser cumprido para melhor programação dos operadores portuários, e assim que possível, envie também, o cronograma das obras FIPS em relação a linha do Macuco, já que há operadores locais questionando como ficarão as conexões ferroviárias daquela região. Relativamente a modelagem do túnel de ligação entre Santos/Guarujá, solicitou que a Autoridade Portuária realize apresentação sobre o tema, na próxima reunião. O Presidente do CAP, Dino Antunes Dias Batista, concordou que o tema seja discutido na próxima reunião, principalmente sobre a modelagem e o que foi discutido no PPI em relação ao projeto do túnel. Não havendo outras manifestações, o Presidente



passou ao item **V – ENCERRAMENTO**. O Colegiado fixou a data da próxima reunião ordinária para o dia 21/02/2022, às 14h30min. Nada mais a ser tratado, o Presidente do Colegiado agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata. Fica registrado que devido às medidas de distanciamento social para enfrentamento da COVID-19, o Presidente e o Secretário Executivo do Colegiado assinarão a respectiva ata e consolidação, em documento único, a lista de presença.

Mesa: Dino Antunes Dias Batista – Presidente; Jorge Leite dos Santos – Secretário Executivo. **Conselheiros Presentes (por videoconferência):** Fernando Biral, Marcelo Ribeiro, CF Marcos Camargo, Richard Neubarth, Rejane Caldas, Erica Cristina, Julio Eduardo, José Laborde, Roberto Teller, Regis Prunzel, Joel Contente, Leonardo Ribeiro, José Cavalcanti, Wagner Gonçalves, Bruno dos Santos e Francisco de Souza.

Dino Antunes Dias Batista
PRESIDENTE

Jorge Leite dos Santos
SECRETARIO EXECUTIVO